ATA DA 15ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XI PLENÁRIO DO CRP 13 GESTÃO MOVIMENTO PSI: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, DEMOCRACIA E EQUIDADE – TRIÊNIO 2025/2028

No vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às vinte horas e realizou-se a primeira chamada para a plenária. Iniciada a 15ª Plenária, do XI Plenário do CRP 13 – Gestão Movimento Psi: Valorização Profissional, Democracia e Equidade – Triênio 2025/2028. De forma remota através do Google Meet. Havendo quórum mínimo, foi declarada aberta a Plenária com as presenças da conselheira Presidente Fernanda Prudêncio da Silva - CRP13/8329, da conselheira secretária Simone Alves da Silva - CRP13/7244, da conselheira tesoureira Cynthia Marilia Silva Sousa – CRP13/10627, da conselheira Patrícia Menezes Pereira - CRP13/7919, do conselheiro Inardson Luiz dos Santos Nascimento - CRP13/8339, da conselheira Fernanda de Souza Coelho Pereira – CRP13/10153, do conselheiro Ivomar Teixeira de Oliveira – CRP13/5145, da conselheira Adeliana Coutinho Farias – CRP13/7525, do conselheiro Gustavo Firmino Costa – CRP13/10500, da conselheira Juciara Noara Santana de Araújo Costa - CRP13/8324, Luiz Henrique Tenório Pinheiro- CRP13/1112 e da coordenação geral Mônica Bandeira. Justificada a ausência das pessoas conselheiras: da conselheira Vice-presidente Dayane Mirelly Pereira Rodrigues - CRP13/8869, Bianca Cristinne Rodrigues Vieira Lopes - CRP13/10206, do conselheiro Ricacio Lima da Cruz - CRP13/8302 e da conselheira Geyviane Kelly de Figueiredo Peres - CRP13/10191. Em justificativa à convocação de todas as pessoas conselheiras, a Presidência ressaltou a importância da presença de todas(o), incluindo as(o) suplentes, para ciência e participação na Plenária, considerando que serão pautadas Relatório Reformulação, Relatório Individual e o Orçamento com o plano de trabalho do exercício de 2027. Fernanda Prudêncio iniciou a 15ª reunião ordinária com a presença de nove participantes, atingindo o quórum necessário. Ficou estabelecido que Simone Alves realizaria a transcrição do encontro para fins de elaboração da ata, sem necessidade de gravação em vídeo. Monica Domingos Bandeira sugeriu iniciar pelos pontos gerais antes de abordar a reformulação e o orçamento.**DELIBERATIVOS. Ponto 1. Leitura da Ata 13ª da Reunião Ordinária- XI Plenário realizada em 15 de agosto de 2026;** em regime de votação, ata lida e aprovada por unanimidade. **Encaminhamento:** Encaminhar à Coordenação Geral e ao TI para providências. **Ponto 2. COF – Entrada de membro;** O segundo ponto de pauta tratou da entrada de dois novos colaboradores na Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), cujos nomes foram verificados pela presidência da comissão sem constatação de processos éticos e estando adimplentes: Guilherme Henrique Queiroga Quintiliano (CRP13/12712) e José Evandro da Silva Júnior (CRP13/12700). Em regime de votação: Aprovado por 8 votos e uma abstenção por não está no momento da votação o conselheiro Gustavo Firmino. **Encaminhamento:** Encaminhar para o TI para atualização no site. **Ponto 3. Coordenação – Pautas: Relatório Reformulação; Relatório Individual Reformulação: Cientes; Orçamento e o Plano de trabalho para o exercício de 2027.** Apresentação do Relatório de Reformulação Orçamentária: Fernanda Prudêncio iniciou a apresentação do relatório individual de reformulação e do orçamento, destacando que a reformulação do ano corrente é necessária devido a valores escassos, à dívida ativa e à recuperação de crédito. A coordenadora, Monica Bandeira, explicou que a reformulação é positiva, pois a arrecadação de exercícios anteriores superou em R$ 69.000 a previsão inicial, além do estouro positivo em receitas de taxas e emolumentos ainda no mês de julho/2026. O setor financeiro intensificou a recuperação de crédito e elabora um manual de procedimentos administrativos baseado no Conselho Federal. A reformulação aprovada será encaminhada ao Conselho Federal para ser avaliada e aprovada pelo mesmo, nas

plenárias de outubro ou novembro/2026. Gestão de Rubricas e Monitoramento Mensal do Orçamento: Monica Bandeira elucidou que a movimentação de recursos entre rubricas distintas (como passagens, hospedagens e diárias) exige reformulação orçamentária formal. A Coordenadora Mônica Bandeira informou que os balancetes mensais serão fechados até o dia 15 do mês subsequente e apresentado a cada plenáriae para que o plenário possa acompanhar os valores executados e as diferenças rubrica por rubrica, antes apresentados a cada dois meses. Fernanda Prudêncio complementou que o Tribunal de Contas da União (TCU) intensificará o foco em gastos com diárias, representações e indicadores de desempenho, exigindo maior cautela e justificativas nas ações e eventos das comissões. Fernanda Pereira destacou a importância do alinhamento com as diretrizes da Escola de Governança para atender às exigências do TCU. Após elucidações sobre a necessidade da reformulação para ajustar receitas excedentes e despesas do final do ano, Fernanda Prudêncio colocou a reformulação orçamentária em regime de votação. A proposta de reformulação foi devidamente aprovada por votação das pessoas conselheiras. Apresentação da Proposta Orçamentária e o plano de trabalho para o exercício de 2027 e Planejamento das Comissões: O plenário iniciou a pauta do orçamento para 2027, com Fernanda Prudêncio enfatizando que o orçamento representa uma estimativa e não dinheiro garantido em caixa, dependendo principalmente da arrecadação de anuidades e do trabalho do setor financeiro. Foi resgatado o problema de comissões que não enviaram suas propostas orçamentárias dentro dos prazos estipulados após oficinas realizadas pela gestão. Simone Alves e Fernanda Prudêncio alertaram sobre o perigo de abrir exceções para comissões inadimplentes no planejamento que continuam demandando recursos para eventos. Cynthia Silva ponderou que a restrição não deve ser vista como punição, mas como consequência da falta de planejamento, sugerindo ações conjuntas entre comissões que enviaram orçamentos e aquelas que não o fizeram. Monica Bandeira explicou que o superávit financeiro de um ano para o outro não pode ser utilizado para cobrir despesas fixas de custeio (como folha de pagamento de pessoal, energia, diárias e verbas de representação), devendo ser direcionado para investimentos em patrimônio. As despesas fixas mensais devem ser sustentadas pela receita arrecadada no próprio ano corrente. Monica Bandeira detalhou que a planilha orçamentária foi adaptada com base nas diretrizes do Conselho Federal e preencheu lacunas solicitadas pelas comissões, embora algumas ainda tenham deixado de enviar suas demandas. A coordenação geral apresentou os valores comparativos entre 2026 e 2027, registrando um incremento de aproximadamente R$ 600.000,00 a R$ 700.000,00 na proposta. A taxa de inadimplência atual gira em torno de 38% a 40%, com expectativa de redução para 30% até a metade de 2027 devido à intensificação da fiscalização e recuperação de crédito. Entre as receitas previstas para 2027, destacam-se: anuidades de pessoas físicas do exercício fixadas em R$ 2.730.525,21, anuidades de exercícios anteriores ajustadas para contemplar a recuperação de crédito, inadimplência de pessoas jurídicas combatida pelas visitas de fiscalização da COF, além de taxas e emolumentos projetados em R$ 133.776,51 (superior aos R$ 103.000,00 de 2026) devido ao aumento de inscrições e novos cursos universitários. Foi apresentado campanhas trimestrais para a atualização de endereços e substituição de carteiras profissionais antigas, destacando o retorno financeiro e a facilidade para a categoria realizar o procedimento de casa. Também foram abordadas receitas com certidões de pessoas jurídicas, eventos (com projeção de R$ 4.000,00 no ano passado para R$ 5.000,00 no ano atual), livros, broches institucionais e receitas patrimoniais que não sofrem incidência de 25% para o Conselho Federal. Monica Bandeira detalhou a elaboração do projeto de sustentabilidade para a digitalização de processos físicos para ser submetido ao Conselho Federal, prevendo um

repasse de R$ 150.000,00 do Conselho Federal, sendo R$ 120.000,00 para digitalização dos processos físicos dos profissionais e R$ 30.000,00 para a reforma e ambientação da nova sala da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). A sala anterior de processos físicos será convertida para a COF, contando com mesa para cerca de 10 pessoas para oitivas e centralização de equipamentos como impressora, picotadora e scanner para mitigar riscos de falhas humanas e exposição documental. Relatado que o Conselho Federal planeja a contratação de Tecnologia da Informação por quatro anos nos moldes do CREPOP, com repasse integral de 100% dos recursos, embora o conselho regional ainda aguarde resposta oficial sobre a modalidade de contratação frente ao limite de gastos com pessoal. A conselheira Patrícia questionou se o orçamento previa a contratação de um profissional de compliance para auditoria interna e relações interpessoais, conforme indicado na escola de governança. Monica Bandeira e Fernanda Prudêncio elucidaram que a prioridade orçamentária recai sobre a contratação de profissionais efetivos para a COF e intérprete de Libras, deixando a avaliação de compliance para o próximo ano devido ao orçamento restrito. Monica Bandeira informou a contratação de duas pessoas para a COF (uma em janeiro e outra no meio do ano) e que a ambientação da sede pela empresa contratada deve ser entregue até 20 de dezembro com recursos do exercício atual, exceto a área externa do jardim e a sala da COE. Houve o detalhamento do remanejamento de salas para acomodar os setores e quatro fiscais com atuação na sede, Campina Grande e Patos. A coordenação explicou que a compra da subsede de Patos não foi incluída no orçamento atual, podendo ser planejada para janeiro de 2028 e ou por meio de reformulações caso haja recursos financeiros e a venda de duas salas em 2027. A compra de veículo também foi descartada, pois o aluguel via licitação é mais econômico e evita despesas de manutenção e a obrigatoriedade legal de concurso para motorista. Por fim, foi apresentado o orçamento e o plano de trabalho do exercício de 2027 no valor de R$ 5.083.156,36, superior aos R$ 4.463.712,30 do ano anterior, calculado com base na previsão de 700 novos inscritos a uma anuidade de R$ 567,09 somada a anuidades de exercícios anteriores. A elaboração manteve-se enxuta, seguindo orientação do Conselho Federal emitida em 2018 para evitar o superfaturamento de receitas incertas. Fernanda Prudêncio colocou o orçamento de 2027 em regime de votação. A proposta foi aprovada por maioria, com votos favoráveis de Fernanda Pereira, Fernanda Prudêncio, Inardson Luiz , Gustavo Firmino, Adeliana Coutinho, Ivomar Teixeira, Luís Henrique, Simone Alves e Cynthia Silva, e abstenção d conselheira Patrícia Menezes. A reunião encerrou-se com agradecimentos, orientações sobre a ata e procedimentos de transição da tesouraria. **TESOURARIA.** SALDOS: **1. Saldo ANTERIOR em 11/09/2026:**1.1 -Saldo da Conta-Corrente: R$ 2.178.462,48; 1.2 - Saldo da Conta-Poupança: R$ 2.348.201,67; 1.3 - Saldo da Conta-Eventos: R$ 21.421,24; 1.4 - Saldo Total do dia: R$ 2.160.383,74; **2. Saldo ATUAL em 00/09/2026:** 2.1- Saldo da Conta-Corrente: R$ 3.501,23; 2.2 - Saldo da Conta-Poupança: R$; 2.092.191,72. 2.3- Saldo da Conta-Eventos: R$ 21502,13. 2.4 - Saldo Total do dia: R$ 2.095.692,95. Encerrados os trabalhos, sem mais demandas. Eu, Simone Alves da Silva, conselheira secretária, lavrei e assinei a presente ata junto a todas/os presentes.





Registro da 15ª Reunião Plenária realizada em 29/09/2026